

A PERSPECTIVA DO RIGOR NA PESQUISA-AÇÃO

Profa. Dra. Neide Barbosa Saisi - PUCSP

Resumo

A metodologia da pesquisa-ação tem como objetivo fundamental a intervenção na realidade pesquisada, durante o próprio processo de realização da pesquisa. Assim, o pesquisador mantém uma relação muito próxima com o sujeito pesquisado, sem com ele se confundir. O pesquisador necessita “mergulhar” na realidade que se apresenta, aproximar-se dela na medida mesma em que a desvela com a participação de todos os envolvidos. É devido a essa proximidade entre pesquisador-pesquisado, entre o objeto focado e o contexto circundante é que a busca do rigor na pesquisa-ação torna-se um objetivo integrante da própria pesquisa, sob pena dela descaracterizar-se como tal.

O presente trabalho visa propiciar uma reflexão sobre a pesquisa-ação em seu rigor na medida em que descreve a pesquisa: *A interação Entre a Escola de Educação Infantil e a Família – Um estudo para construir mudanças*, realizada pela autora em 2006, como professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Palavras-chave: O Método da Pesquisa-Ação; Educação Infantil; Família.

Abstract

Action research methodology has as its primary goal the intervention in the reality studied, during the very process of conducting the research. Thus, the researcher maintains a close relationship with the research subject without being taking for him. The researcher needs to be immersed in reality and to approach it while making it clear with the participation of all the others involved. It is due to the closeness between researcher and researched, between the object and the surrounding context, focused on the pursuit of rigor in action research that it becomes an integral objective of the research, lest it loses its characteristics as such. This work aims at providing a reflection on action research in its thoroughness, describing *The interaction between the School of Early Childhood Education and Family - a study for developing changes*, carried out by the author in 2006, as a professor in the Department of Foundations of Education at the Pontifical Catholic University of São Paulo. Keywords: Action Research Method; Early Childhood Education.; Family.

APRESENTAÇÃO

A articulação entre a escola e a família tem sido objeto de estudos acadêmicos privilegiando ora a concepção que os profissionais da educação infantil têm a respeito da família, ora a concepção da família sobre a escola. Todos defendem a necessidade de um conhecimento recíproco mais aprofundado, com a finalidade de contribuir para uma relação calcada no respeito e na complementaridade que deve existir entre ambas as instâncias, em benefício da criança. Este estudo visou integrar e fortalecer essa intencionalidade.

1. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A instituição de Educação Infantil, que visa atender à criança de zero a seis anos, passou por transformações significativas ao longo de sua história e que foram resultado de um conjunto de fatores como, por exemplo, o aumento da urbanização, a entrada da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na estrutura familiar, que levaram à expansão da Educação Infantil no Brasil e em outras partes do mundo, a partir das décadas de 1970 e 1980. Pela Constituição Brasileira de 1988 a Educação Infantil torna-se um direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional.

Na mesma linha de valorização da Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 define a Educação Infantil como dois momentos: o que vai de zero a três anos, denominado de creche, e o que engloba a criança de quatro a seis anos, chamado de pré-escola.

A lei contempla dois aspectos importantes como referências norteadoras da ação pedagógica: a necessidade de se considerar a criança como um todo integrado e o papel da instituição educacional como elemento que se articula à família e à comunidade. Responsabiliza as instituições de Educação Infantil pela elaboração de suas próprias propostas pedagógicas a partir da sua interação cotidiana com a família.

Com o argumento de que a maioria das crianças que ingressam na escola antes dos sete anos apresenta resultados superiores em relação às que entram a partir desta idade (Saeb, 2003), o Ensino Fundamental, por meio da Lei 11274/2006, foi ampliado de oito para nove anos, integrando a idade de seis anos e reduzindo a educação infantil para crianças de zero a cinco anos.

2. DA FAMÍLIA

A família é o primeiro espaço de convivência da criança e, por isto, é um lugar de referência primordial para sua aprendizagem e desenvolvimento. É com a família que a criança assimila valores, constrói representações, elabora os primeiros juízos e expectativas e vivencia experiências perpassadas por significados afetivos. Por ser o primeiro espaço social, cultural, afetivo e de acolhimento da criança é que a família reveste-se de relevância e, como tal, tem merecido atenção em documentos legais atuais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e o Plano Nacional de Educação (2001).

O conceito de família passou ao longo da história por transformações importantes, engendradas pelo contexto sócio-econômico-político que afetaram sua estrutura, a divisão do trabalho entre seus membros e os valores e as significações que lhes são atribuídas (cf. Áries, 1981)..

É em um contexto pluridiferenciado de organizações familiares que a instituição educacional vai interagir exigindo do educador uma concepção de família flexível o suficiente para não estigmatizá-la e, em decorrência, à criança, quando a realidade não corresponde ao modelo tradicional que habita seu imaginário.

3. DA PESQUISA

Norteou o estudo a indagação sobre se a instituição de educação infantil considera as informações oferecidas pela família, no que diz respeito à criança, para elaborar seu projeto educacional, ou para incorporá-las à sua rotina pedagógica. Além disso, questionou-se sobre quais medidas poderiam ser tomadas para transformar a relação entre ambas, visando uma interação pedagógica mais apropriada à criança.

A linha metodológica escolhida foi a Pesquisa Qualitativa, na modalidade da pesquisa-ação, porque esta contempla a participação atuante do sujeito pesquisado; uma convivência mais próxima entre pesquisador e pesquisado e a reformulação e adequação dos passos a serem seguidos, conforme as necessidades reveladas no percurso (cf. GIL, 2002). Na presente pesquisa o pressuposto era o de que uma reflexão conjunta entre pesquisador e pesquisado resultasse em uma transformação na interação entre os educadores e a família, de tal modo que os primeiros elaborassem um projeto pedagógico de modo mais dinâmico ao incluir informações procedentes da família. Decorre desse pressuposto um primeiro aspecto a ser refletido no que diz respeito à busca do rigor em pesquisas cujo foco é a intervenção: a necessidade de se buscar uma articulação entre as questões de interesse dos pesquisadores e às dos pesquisados.

As pesquisadoras estiveram imersas no contexto estudado: observação de atividades nas salas, recreios e refeições; presença em reuniões de professores e de pais; consulta a documentos da escola e conversas formais e informais com as educadoras, com as crianças e com os pais.

O estudo integrou decisões tomadas em conjunto entre pesquisador e pesquisados, por exemplo, a elaboração de questionários para os pais e para os professores, respectivamente, e a definição dos momentos da saída das crianças da instituição como o mais adequado para as pesquisadoras se aproximarem dos pais.

Segundo os passos da pesquisa-ação na fase exploratória definiu-se o local da pesquisa, por meio de um contato inicial com a diretora da escola, uma visita a esta e, posteriormente, debate da proposta de pesquisa com todas as educadoras. Com o aceite do grupo, efetivou-se a pesquisa

durante o ano de 2006, em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) da cidade de São Paulo.

3.1 DOS PROCEDIMENTOS

Nas reuniões pedagógicas se deu a aproximação das pesquisadoras com as educadoras e os debates e ajustes do projeto, bem como a construção de um clima de confiança necessário para este tipo de pesquisa. Ficou decidido que as pesquisadoras poderiam entrar e sair da escola nos diferentes horários de funcionamento; participar de reuniões de pais e de professores; assistir as atividades orientadas pelas educadoras ou desenvolvidas livremente pelas crianças; conversar com pais e crianças e consultar os documentos escolares.

Por outro lado, os documentos escritos pelas pesquisadoras seriam compartilhados com as educadoras, e, a partir da reflexão, algumas possíveis transformações poderiam ser aventadas em relação à própria ação pedagógica.

Nessa etapa, a simples explicitação do objeto de estudo já era fator desencadeador de reflexão: por que o pai responde à solicitação da instituição educacional vindo até ela quando o assunto é festa e passeios e se nega a atendê-la para tratar de questões pedagógicas do filho? Já surgia naquele momento uma interação reflexiva entre pesquisadores e pesquisados que permeou todo o trabalho investigativo.

A etapa de realização de “seminários”, prevista na pesquisa-ação, ocorreu desde o início do contato entre pesquisadoras e educadoras, durante o horário das atividades pedagógicas, já estabelecido pela EMEI.

O universo total de professoras, por ser pouco numeroso, participou quase que integralmente (com exceção de uma), perfazendo dez professoras junto com sua classe e os pais de seus alunos.

Como o número de pais era alto, em torno de 300, a amostra foi selecionada por meio de uma escolha aleatória, perfazendo 20%, 60 pais ou mães distribuídos nas diferentes classes.

A coleta de dados se deu de vários modos, como é previsto na pesquisa-ação: observação de situações cotidianas, entrevistas individuais para dirimir dúvidas, análise documental, entrevista coletiva e questionários específicos para professores e família. Ambos foram elaborados após um tempo de conhecimento prévio da EMEI com a colaboração das educadoras para que fossem coerentes com o modelo investigativo.

A técnica usada para análise dos dados foi Análise de Conteúdo, tendo como unidade cada entrevista, cada observação, cada reunião e cada questionário.

Dos dados relativos aos questionários dos pais foram abstraídas categorias organizatórias em torno das quais os dados foram agrupados. Nenhuma informação foi deixada de lado, mesmo que fosse a única representante de uma dada categoria, pois o que importa neste tipo de abordagem é a descrição mais completa possível do universo de dados.

O mesmo ocorreu com os dados relativos às professoras, que foram exaustivamente descritos de modo a abarcar todo espectro de resposta.

4. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1. DOS PAIS

De modo geral, as expectativas dos pais em relação à EMEI revelam que a família atribui à instituição de Educação Infantil um papel importante na aprendizagem e desenvolvimento de seu filho. Espera-se que ela contribua, principalmente, com a formação da criança em seus aspectos sociais e psicológicos, morais e cognitivos. Não é apenas o lugar onde a criança permanece segura enquanto a mãe trabalha, mas o que educa a criança. Se de um lado há uma valorização da educação infantil, por outro essa valorização ocorre não em função de um valor próprio, mas enquanto recurso para o “desempenho da criança no futuro escolar”.

A grande maioria considera que a EMEI atende às expectativas dos pais, porque desenvolve “atividades pedagógicas”: a alfabetização. Cabe refletir se seu papel é o de apenas atender o que os pais esperam dela, ou se também compete a ela o despertar de novas expectativas que são coerentes com seu projeto educacional.

Deixam entrever uma concepção positiva da escola, por meio das expressões “tudo de bom”; “o melhor possível”. As festas e passeios são ações valorizadas pelos pais. Este dado é coerente

com a afirmação explicitada em encontro de professores, segundo a qual, quando solicitados para festas os pais comparecem. Parece ser esse o ponto de contato satisfatório entre família e instituição de educação infantil.

Outros aspectos valorizados: a abertura da EMEI para receber os pais; o espaço amplo da escola que possibilita o cultivo de uma horta e abrigo de pequenos animais, bem como uma cozinha experimental. Alguns pais apontaram o contato da criança com esses ambientes como elemento concreto e realizador de suas expectativas.

Praticamente todos os pais responderam afirmativamente que a escola dialoga com eles, com exceção de uma mãe que atribui à professora de sua filha a ausência de diálogo com a criança, embora ele exista “na escola”. Dois aspectos puderam ser refletidos a partir deste fato: um primeiro é que essa mãe considera que a EMEI, de um modo geral, mantém diálogo com a família; um segundo, é que a professora, enquanto representante da escola mais próxima dos pais (pois é ela que lida com a criança diariamente) pode ser vista como obstáculo a uma maior integração entre a família e a instituição de educação infantil. Na ocorrência de casos dessa natureza, como a EMEI atua? Há algum trabalho de supervisão pedagógica em que particularidades dessa relação sejam refletidas democraticamente, sem se constituir em ameaça tanto para a família como para a professora? Em suma, os conflitos que possam surgir nessa relação são refletidos? Em que situações? É importante ressaltar que o desenvolvimento do grupo de educadores se dá na medida mesma em que os conflitos são considerados como ponto de partida para aprofundamento teórico-práticos que visem sua solução.

Os diálogos são considerados satisfatórios por quase todos os pais, pois por meio deles podem saber mais sobre seus filhos: dúvidas são esclarecidas, problemas são resolvidos, decisões são tomadas e informações são obtidas. Conclui-se que os pais consideram relevante o diálogo entre a EMEI e a família para dela receber informações.

Apenas um pai valorizou a ação de fornecer informação para a EMEI.

Fica evidente que o caráter da relação família-escola, para os pais, centra-se na escola: é ela que detém informações sobre a criança e é ela, portanto, que deve “esclarecer dúvidas” e orientar os pais. Está implícita uma visão de que a escola é detentora de um saber que a família não possui, e como tal, é autoridade.

É relevante notar que inúmeras pesquisas sobre a relação família-escola salientam esse aspecto, ao mesmo tempo em que alertam sobre a importância da escola reconhecer que as questões familiares são fatores de interferência no processo de aprendizagem da criança (cf. Lahire, 1997; Sanches, 1998; Gallo, 2004 e outros) e que a obtenção dessas informações ajudam a escola a se planejar em bases mais objetivas. Os dados das professoras relativos a esse aspecto, a serem vistos logo mais, confirmam esse caráter da relação.

Um grande número de pais atende ao chamado da EMEI porque consideram relevante esse contato. Os argumentos deixam entrever que algum pai tem uma percepção da reciprocidade que deve permear a relação entre a família e a escola: “porque a escola sempre nos atende também”; “a escola só quer ajudar”.

Outro ponto evidenciado é que ambas têm aspectos comuns: “a escola é a extensão da família”, ou ainda que há uma preocupação com a informação: “precisamos saber tudo sobre o nosso filho”.

Na concepção dos pais estão presentes dois fatores que podem caracterizar a interação família-instituição de educação infantil: a complementaridade existente entre a ação pedagógica escolar e a família e o papel da EMEI como informante sobre a criança.

Um número bem menor de pais, mesmo assim, um dado a ser considerado pela EMEI, refere-se aos pais que comparecem somente quando podem ou que nunca o fazem por motivos de trabalho. As reuniões são realizadas durante o dia nos horários das aulas, o que dificulta sua presença. Este é um dos aspectos apontados como elemento que dificulta o diálogo. Assim sendo, o horário poderia ser repensado no sentido de favorecer a parceria.

O diálogo entre a família e a instituição de educação infantil, por iniciativa desta, ocorre para quase todos os pais. Apenas uma parcela mínima avalia que nunca precisou do encontro e outra parcela, também pequena, julga que a família não dialoga como deveria. Infere-se que a EMEI mantém-se aberta à necessidade de diálogo manifestada pela família. Essa abertura é confirmada por alguns quando apontam esse aspecto como fator que facilita o diálogo. Outros

indicam que o diálogo ocorre por meio das reuniões, Conselho Escolar, conversas, ocasiões que favorecem a participação de todos. Ressalta-se aqui novamente a importância das reuniões entre instituição de educação infantil e família como fator que favorece o diálogo.

Confirmando o que já foi dito, o horário das reuniões aparece como um dos fatores que dificulta o diálogo, pois muitos pais estão trabalhando quando essas são realizadas. Outro fator é a falta de informação que dificulta o diálogo.

Não houve especificação sobre a natureza da informação de que carecem, mas de qualquer forma, a audiência da escola em relação ao que os pais falam revelaria a necessidade que eles têm e como a escola poderia atendê-los, ou não.

Foi também apontada a pressão a respeito da contribuição para a Associação de Pais e Mestres, como fator que dificulta o diálogo. Embora seja uma parcela mínima de pais de queixosos, trata-se de um sentimento que, relevado pela EMEI, poderia ser refletido e melhor esclarecido.

Ainda outro fator (com representação mínima) é a dificuldade de locomoção da família para a instituição de educação infantil. Por tratar-se de uma instituição pública, é frequente a presença de famílias com dificuldades dessa ordem.

Para melhorar o diálogo entre a educação infantil e a família, alguns pais não vêem necessidade de mudança e sugerem, coerentemente com o que já foi dito, um aumento no número de reuniões e a alteração para um horário que fosse mais propício para todos.

Para suprir a necessidade de mais informações, os pais sugerem a adoção de uma agenda pela qual a EMEI poderia se comunicar com eles e viceversa.

A escolha da EMEI pelos pais foi determinada por vários fatores. Em ordem decrescente: “indicação de outros pais”; “boa proposta de ensino”; “experiência satisfatória com outro filho”; “localização próxima da residência”.

De modo geral, a reflexão sobre os dados obtidos a partir dos pais revela uma concepção positiva sobre a instituição de educação infantil, a valorização desta na formação social e psicológica da criança, bem como aspectos preparatórios para o Ensino Fundamental. O diálogo entre a instituição de educação infantil e a família é visto como processo efetivo e algumas sugestões foram feitas para aprimorá-lo. A reflexão permitiu ainda, entrever uma concepção de instituição de educação infantil, enquanto depositária de um conhecimento sobre a criança, à qual a família se reporta para obter informações sobre seu filho. Não aparece o movimento inverso, pelo qual a família oferece informações para a EMEI e a partir das quais essa instituição se planeja em dados concretos.

4.2. DAS PROFESSORAS

No que diz respeito às professoras, os dados revelam que elas conhecem as expectativas dos pais em relação à EMEI, pois suas respostas são muito semelhantes às deles. Essas expectativas são explicitadas quando os pais preenchem um questionário, por ocasião da entrada de seus filhos na escola. Portanto, pode-se inferir que as professoras conhecem esse material e dele se lembram.

Para algumas professoras, a expectativa dos pais é que a EMEI atue no processo de socialização da criança, “integração social” e na sua “integração emocional”. Também foi lembrado que os pais aguardam pelo processo de alfabetização.

Foi pontuado, coincidentemente, que os pais esperam um “trabalho pedagógico” que promova a “educação da criança”, “aprendizagem” e “desenvolvimento”.

Algumas professoras também sabem que os pais esperam que a instituição dê “carinho e atenção”.

As professoras indicaram algumas atividades pelas quais visam atender às expectativas dos pais. Duas representantes alegam que elas são contempladas na elaboração de “projetos” (planos) e até mesmo que esses projetos devem contemplar as expectativas dos pais. Várias atividades foram arroladas como ações que visam atender ao que a família espera da escola. Algumas são desenvolvidas junto à criança: “brincadeiras”; “situações de letramento”; “competições”; “artes”; “coordenação motora corporal e de escrita”. Outras são desenvolvidas com os pais: “reuniões”; “entrevistas”; “palestras”; “leituras”. Outras, ainda, se referem a atividades que podem ser realizadas tanto com a criança como com os pais: “conversas”; “diálogo”; “argumentação” e “relato de vida”.

As respostas às próximas questões permitiram uma melhor visualização da natureza da interação família- instituição de educação infantil neste estudo. Até esse momento, surge uma EMEI respondendo às expectativas dos pais em relação a ela.

Segundo todas as professoras “sempre há diálogo entre a escola e a família”. O teor dessas conversas ou referem-se a “relatos de atividades da escola” ou a “problemas emocionais” ou de “aprendizado” ou, ainda, de “solicitação de verbas para atender às necessidades da escola”, o que confirma a percepção dos pais. Com exceção do primeiro conteúdo (relato de atividades), os outros dois representam aspectos de alguma tensão presentes na interação família- instituição de educação infantil: problemas emocionais e de aprendizado (da criança) e solicitações de verba. Como foi pontuado na análise dos dados dos pais, alguns deles parecem se sentir constrangidos ou mesmo pressionados a fazerem doações para suprirem necessidades materiais da escola. Todavia, o que se revela no presente estudo é que esse vínculo de natureza material pode vir a se constituir em possível entrave no aprofundamento das relações família-escola. Assim, este aspecto constituiu-se em pauta de reflexão das educadoras para ampliar a compreensão sobre o significado que alguns pais atribuem à solicitação da instituição de educação infantil. Nesse sentido, mais do que justificá-la, esta poderia ouvir os pais, buscando entender o significado que se encontra oculto e que, devido ao próprio teor, tende a permanecer oculto, caso não seja aberto para reflexão.

Em relação aos problemas da criança, cabe retomar o que já foi lembrado na análise dos dados da família, isto é, a fala de professoras em reunião, de que os pais não respondem com frequência às solicitações da escola, justamente quando o assunto trata de dificuldades da criança, mas que respondem prontamente quando o assunto envolve festividades.

Quanto à ausência dos pais para tratar de assuntos problemáticos relativos a seu filho, cabe ressaltar que reside aí um desafio à reflexão pelo grupo de educadoras. Segundo estas, a presença da família na escola é relevante para o desenvolvimento da criança, porém “nem sempre os pais comparecem” e “nem participam como deveriam”. Para que essa presença se efetive, marca-se outro horário para que se possa tratar dos “casos mais graves e urgentes”. As professoras mostram-se “abertas” para receber os pais além de “procurar solucionar o que está ao seu alcance”. Esta percepção da instituição em relação aos pais confere com a percepção dos pais em relação à ela, quanto à abertura desta última para recebê-los. Portanto, a insatisfação das professoras reside no fato de que, embora haja um movimento da escola para favorecer o diálogo, este não se dá integralmente quando o assunto trata especialmente de problemas pedagógicos e emocionais da criança.

Estudos que tratam da relação família- instituição de educação infantil demonstram que há uma tensão e confronto entre ambas as instâncias, quanto à tarefa educativa, no que diz respeito ao que é de âmbito familiar e ao que é de âmbito escolar. Nessa relação, há pesquisas reveladoras de que o espaço familiar é invadido, por vezes, pela escola e que o discurso de parceria e participação pode esconder a desconfiança em relação ao controle e fiscalização desta sobre a família (Oliveira, 1992).

Convém lembrar que os dados do presente estudo revelam o apreço dos pais em relação à instituição de educação infantil, mas que os dados das professoras afirmam também que há uma parcela de pais que não responde ao chamado da escola, justamente quando o trabalho conjunto reverteria em ganhos para a criança. É devido a esta relevância que esse ponto de tensão foi refletido visando compreender o significado, para os pais, de ser chamado à escola para ouvir uma descrição negativa, ou no mínimo pouco lisonjeira sobre seu filho. Qual o objetivo da instituição de educação infantil quando solicita a presença da família para abordar dificuldades da criança? Conhecer seu contexto familiar e/ou sua história para compreender melhor o problema? Propor ações de parceria na busca de soluções? Solicitar medidas disciplinares? Apenas relatar o problema? Eximir a instituição educacional da responsabilidade por atitudes apresentadas pela criança? Responsabilizar a família? São muitas as perspectivas pelas quais o fenômeno apontado pelos educadores pode desencadear a reflexão com o objetivo de enfrentá-lo.

Se, de um lado, estudos sobre a interação família- instituição de educação infantil revelam conflitos de interesses presentes na relação resultando na culpabilização ou da família, ou da escola (Santos, 2005), por outro, esses mesmos estudos salientam a possibilidade de uma

parceria entre essas duas instituições baseada na ação conjunta de seus membros. Essa ação implica necessariamente em uma reflexão que desvende os significados atribuídos pelos educadores e pela família aos mesmos fenômenos. Ao solicitar a presença dos pais, parece que as professoras possuem, imbricada nessa ação, a crença de que irão obter parcerias na solução dos problemas. Pode-se perguntar: o pai tem a mesma crença?

É na compreensão diferenciada e até mesmo oposta de pais e de educadores sobre um mesmo fenômeno, que parece haver oposições tão fartamente reveladas pela literatura sobre este tema. Chama a atenção, no presente estudo, que os pais reputeem à instituição de educação infantil qualidades tão positivas e, no entanto, procurem “escapar” quando ela requisita sua presença para solucionar algum problema da criança. Este fato revelou contradição que requereu aprofundamento. Na fala da professora consta como elementos dificultadores da relação o “desinteresse da família”, a “ausência dela na escola” e “a falta de entendimento do papel da escola e da base de desenvolvimento da criança”.

Todavia, nos dados dos pais seu interesse é manifestado e suas expectativas demonstram conhecer o papel da instituição de educação infantil como já foi demonstrado na descrição e análise de suas expectativas. Sua ausência parece ocorrer devido ao horário da reunião ou da entrevista, bem como, é plausível supor, por motivos que a instituição de educacional desconhece quando, o assunto refere-se a problemas de seu filho.

Os dados relativos aos pais revelam que a natureza da relação escola família é de dependência, no sentido que, sendo a instituição de educação infantil detentora de conhecimento pedagógico e conhecedora do desempenho da criança, seu papel é o de oferecer informações à família e orientar suas ações. O papel da família se restringiria à aceitação dessas orientações.

Apenas um pai colocou a expectativa de oferecer informações à escola. Esta hipótese ganha força quando a professora sugere, para favorecer o diálogo entre escola e família, o aumento na ocorrência de palestras. Trata-se de uma sugestão que visa oferecer mais informações aos pais. Assim, a relação instituição de educação infantil-família não tem contemplado na mesma medida o fluxo de informações que deve permear os dois pólos da relação: a que flui da instituição educacional para a família e ao mesmo tempo a que flui da família para aquela.

Convém ressaltar que é justamente a informação da família sobre a criança que ajudaria a EMEI a tomar decisões pedagógicas mais adequadas e em relação ao seu projeto educacional e a sua rotina pedagógica.

5. DA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO

Essa etapa final, de acordo com o modelo da pesquisa-ação, consistiria na elaboração de um plano destinado a enfrentar as questões que foram suscitadas ao longo das etapas anteriores. Como primeiro passo foi oferecido o relatório das análises e interpretações para que as professoras se inteirassem dos achados, para em seguida debatê-los e por fim propor, em conjunto, um plano de ação.

O documento causou grande interesse e impacto no grupo, que valorizou-o como parte de um trabalho investigativo “sério” e identificou-se com os dados apresentados. Todavia, o grupo de professoras manteve-se em silêncio quando a natureza da relação família-instituição de educação foi explicitada. De fato, ele resistiu na compreensão de que a instituição educacional, para se planejar em bases mais objetivas, carece de informações advindas da família.

Pareceu ser difícil sair do papel de detentora do saber para acrescentar a ele o de receptora de informações, num movimento dialético de contínua reflexão entre as duas instituições. Tal atitude dificultou a elaboração de um projeto baseado nas revelações da pesquisa. A reflexão sobre a necessidade de dar voz à família implicaria que o professor revisse seu papel de transmissor de conhecimento e se colocasse na posição de ouvir, de indagar e de buscar soluções junto com a família. Enfim, encarar a família da criança como parceira e complementar.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Esse estudo confirma achados de outros, no sentido de que há aspectos positivos e complementares no que diz respeito às expectativas que a família tem em relação à instituição de educação infantil e desta em relação à família. Confirma também a existência de pontos de

tensão entre ambas as instituições que travam o fluxo de diálogo entre elas. Revelou que a mudança de atitude dos educadores não é um processo fácil e tranquilo, pois envolve uma visão cristalizada do papel da escola como detentora de um saber, ao mesmo tempo em que não incorpora plenamente a noção de que a realidade familiar é fator relevante na elaboração e concretização de um projeto pedagógico.

Em relação às demais pesquisas consultadas, este estudo permitiu um avanço, uma vez que, além de revelar aspectos da natureza da relação família instituição de educação infantil, propiciou às professoras a oportunidade de se perceberem como constituintes do dado revelado, devido ao método de pesquisa adotado. E esta percepção consiste no primeiro passo que poderá viabilizar mudanças.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394. Brasília: MEC, 1996.

_____. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília: MEC SEF/DPE/COEDI, 2006.

_____. Política Nacional de Educação Infantil: pelos Direitos das Crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília: MEC/SEJF, 2004. Documento Preliminar.

FRANÇA, Cecília de Campos. Família/Creche – Expectativas, Percepções e Significados desta Relação para Mães e Pais. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1996.

FRANCISCATO, Irene. As Famílias das Crianças Atendidas pela Creche Segundo a Ótica de seus profissionais. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1996.

GALLO, Márcia. A Parceria Presente: A relação família-escola numa periferia de São Paulo. Tese de doutorado. PUC/SP, 2004.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa, São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Lélia de Cássia Faleiros. A Escola e a Família sob o olhar de seus agentes: um estudo das representações de pais e professores em uma escola cooperativa. Dissertação de mestrado. USP, 2000.

SANCHES, Emília Maria Bezerra Cipriano Castro. Família-Creche: realidades e ambigüidades. Tese de Doutorado. PUC/SP, 1998.

SANTOS, Lucia Salgado Cordeiro dos. Conceito de Participação da Família no Cenário Político-Educacional em São Paulo, na década de 90 e o Olhar de Pais Atores dos Movimentos Populares de São Mateus. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2005.